

Não há críticas no Congresso: todos se preparam para a Constituinte.

O presidente do Senado, José Fragelli, disse ontem ao receber a mensagem da Constituinte das mãos do ministro José Hugo Castello Branco, do Gabinete Civil, esperar que a nova Constituição seja um documento político e social justo e duradouro, que não venha a sofrer os problemas de outras Constituições que foram alteradas em momentos difíceis para o País. O líder do PDS na Câmara, Prisco Viana, por sua vez, disse que o fato de o PDS não ter aceito o convite para comparecer à cerimônia realizada no Planalto não significa que tenha tomado posição contra a convocação da Constituinte. "Apenas não quisemos participar da festa do governo" — explicou — "mas o PDS estará pronto para contribuir com seus votos para o *quorum* necessário à sua convocação".

Em solenidade realizada no gabinete do presidente do Senado, com a presença de líderes e parlamentares dos demais partidos, o ministro José Hugo destacou que aquele era um momento histórico e lembrou a importância que Tancredo Neves atribuiu à reconstitucionalização do País em bases democráticas. Lembrou, ainda, que a competência do Congresso e a visão política dos parlamentares da Aliança Democrática são a melhor garantia de que esta expectativa se converterá em realidade.

O senador José Fragelli informou que a leitura da mensagem presidencial deverá ser feita na primeira quinzena de agosto. Destacou que se houver um acordo de lideranças para que a mensagem tenha precedência dentre as demais do Executivo que aguardam o início de tramitação, ela será lida imediatamente, mas disse que, a seu ver, esta pressa não se justificaria, pois o que importa neste momento é a qualidade do trabalho a ser feito e não a sua velocidade.

O líder do PTB na Câmara, Gastone Righi, por seu termo, ponderou que deveria haver um colegiado para dirigir a Constituinte, na feitura de seu regimento, não se limitando esta direção ao presidente do Supremo Tribunal Federal, e previu que este tema poderá gerar acentuadas controvérsias.

Já o líder do PDS anunciou que seu partido vai criar dois grupos de trabalho; um para estudar a emenda José Sarney, relativa ao ato convocatório, outro grupo terá como encargo elaborar roteiro de debates que o PDS vai promover sobre o projeto da nova Constituição.

"O tutor será o povo"

Na opinião do ministro-chefe do Serviço Nacional de Informações (SNI), general Ivan de Souza Mendes, o projeto da Constituinte "é o marco do pacto de entendimento de toda a sociedade, e um passo na retomada da plenitude democrática — um compromisso assumido pela revolução de 1964", lembrou.

Para o assessor especial do presidente Sarney para assuntos jurídicos, o ex-deputado Célio Borja, o único tutor dos trabalhos dos constituintes a serem eleitos em 1986 será o povo brasileiro. "No projeto está implícito que a Constituinte é livre e soberana, não atendendo, portanto, a nenhuma limitação da ordem atualmente vigente".

As alterações feitas no texto da emenda enviada ao Congresso principalmente a supressão do artigo que permitiria à Constituinte abolir a Federação e a República — foram elogiadas pelo presidente do PMDB e da Câmara, Ulysses Guimarães, mas o líder do governo, deputado Pimenta da Veiga, acha que esse dispositivo poderia ter sido mantido.

"Os defensores da monarquia não devem ter gostado da supressão. Agora vai ser difícil restaurar a monarquia" — observou Pimenta, ironicamente.

A mudança na data da instalação da Constituinte, de 1º de fevereiro para 31 de janeiro de 1987 foi justificada pelo líder Pimenta da Veiga para não coincidir com a eleição das Mesas da Câmara e do Senado — a 1º de fevereiro, pela Constituição em vigor. O novo Congresso apenas a instalará, voltando ao recesso até 1º de março. No mês de fevereiro de 1987 funcionará apenas a Constituinte. Ulysses Guimarães previu ainda que serão necessários pelo menos 10 dias para discutir e aprovar o seu regimento interno.

Comissão: Lyra explica

Ao receber em seu gabinete o presidente do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, Hermann Assis Baeta, o ministro Fernando Lyra, da Justiça, confirmou que a comissão constitucional que vai elaborar o anteprojeto de Constituição será criada na próxima semana, sob a presidência do ex-ministro Afonso Arinos de Melo Franco. Segundo o ministro, o esboço será dirigido à sociedade brasileira e não ao Congresso, com o que tentou convencer Baeta de que a proposta da OAB de realizar duas eleições no mesmo ano — uma no início para eleger a Constituinte e outra em novembro para eleger o Congresso — é irreal, a não ser que haja ruptura do Congresso.

No Rio, o governador Leonel Brizola criticou a mensagem de Sarney, comparando-a com a Constituinte de 1934, que acabou outorgando um mandato indireto de mais quatro anos ao presidente Getúlio Vargas. Brizola frisou que em 34 o governo era provisório e ilegítimo, e conseguiu presidir a Constituinte. Na visita que fez à Assembleia Legislativa, Brizola voltou a defender a realização simultânea da eleição da Constituinte, e a eleição para a escolha do novo presidente da República, em 1986, lembrando que em 34 foi feito o mesmo.